

País ainda tem dívida com professores

A passagem do Dia do Professor, data que completa hoje 50 anos de comemoração no Brasil, é marcada este ano por intensas discussões sobre o efetivo cumprimento do piso nacional do

magistério. Estatísticas que apontam que a taxa de analfabetismo no país parou de cair e recente ranking que põe o professor brasileiro como um dos mais mal remunerados em nível mundial são sinais

de que há muito a melhorar numa área fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação. Mas uma escola no Piauí mostra que educação de qualidade para todos pode não ser um sonho tão distante.

Pedro Pincer

O REAJUSTE DOS professores da rede pública está ameaçado. O número previsto para o ano que vem é de 19%, mas estados e municípios querem barrar o aumento.

O piso nacional do magistério nem chega ao contracheque da maioria dos professores (veja tabela completa abaixo). Estados e municípios alegam que não têm arrecadação suficiente para bancar o reajuste. Os governadores estão mobilizados para tentar segurar o aumento salarial que está previsto previsto na lei que estabeleceu o piso nacional dos professores (Lei 11.738/2008), que teve origem no Projeto de Lei do Senado 59/2004, de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF).

Professor de educação básica, hoje, no Brasil, que trabalhe 40 horas por semana, por lei, não pode ter um vencimento menor que R\$ 1.567. Desde 2008 foi criado um piso nacional calculado com base no número de alunos da rede pública e no gasto que o estado ou município tem com cada um.

No início do ano, o valor aumentou 7,9%. O governo calcula para o ano que vem um reajuste de 19%.

Governadores começaram a se movimentar para barrar o aumento. Em carta encaminhada ao Ministério da Educação, alegam dificuldades para pagar o piso salarial dos professores. E propuseram ao governo a mudança no cálculo, que passaria a ser feito com base no Índice Nacional de Preços ao



Professores da rede pública estão com o reajuste previsto ameaçado pela postura dos governadores

Consumidor (INPC) do ano anterior mais 50% da variação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Na prática, o reajuste ficaria em torno de 7,7%.

A reivindicação é de todos os estados, que alegam não ter arrecadação suficiente para pagar o exigido aos professores.

— Ano passado já foi um momento bem complicado para alguns estados, um reajuste de 22,22% criou dificuldade. Acharmos que os professores devem ganhar bem, achamos que os salários, o piso nacional deve recuperar boa parte desse ganho, mas de uma forma que seja suportável para estados e municípios — declara Jacy Braga,

secretário-adjunto de Educação do DF. Segundo um levantamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) feito em maio, só 4 estados e o Distrito Federal pagavam integralmente os vencimentos no valor exigido pela lei, sem considerar gratificações e abonos. A confederação dos educadores não concorda com a proposta dos estados, que também é reivindicada por municípios.

— Repõe perdas, ele fica um pouco acima da inflação, mas na verdade é um crescimento que, do ponto de vista da defasagem do salário dos professores, é pequeno. A Lei do Piso não trata somente de salário, trata de jornada e de carreira,

que é outra coisa que os governadores não tocam, não falam nessa proposta deles — declara Roberto Leão, presidente da CNTE.

Cristovam, que tem entre as propostas de autoria dele uma que cria o Ministério da Educação de Base e passa a gestão da educação básica para a União, defende a possibilidade de impeachment para os gestores que não cumprirem o piso salarial previsto em lei para a categoria.

— Não estou satisfeito, pois é lamentável que a lei ainda não esteja sendo cumprida, mas também acho lamentável que por causa dessa lei tenhamos crianças sem aula nos dias de hoje. Não consigo deixar de apoiar os professores, mas não consigo ser solidário com greve de aulas — disse o senador.

Os países pesquisados foram: Brasil, China, República Tcheca, Egito, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Portugal, Turquia, Cingapura, Coreia do Sul, Espanha, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos. Os entrevistados responderam sobre como o ensino se compara a outras profissões, se consideravam a remuneração dos professores justa, se encorajariam os filhos a se tornarem professores e o quanto achavam que os alunos respeitam os professores.

Eles foram questionados sobre atitudes em relação a professores de ensino fundamental, professores de ensino médio e diretores, assim como atitudes em relação ao sistema de ensino. Os estudiosos também questionaram sobre a remuneração e as condições de trabalho dos professores. Em 95% dos países, os pesquisados apoiam um salário maior para os professores em relação ao que ganham atualmente. A pesquisa mostra que, entre os entrevistados, os brasileiros foram os que mais disseram que os professores tiveram influência na vida deles. Os brasileiros apoiam salários mais altos para os professores e 88% acham que eles deveriam ser remunerados de acordo com o desempenho dos alunos. A desvalorização dos profissionais fica clara quando os entrevistados são perguntados se gostariam que os filhos fossem professores: apenas 20% responderam que sim. Por outro lado, 45% disseram que não encorajariam os filhos a se tornarem docentes. Em geral, os países que mais respeitam os professores são aqueles que mais encorajam os filhos a terem a profissão.

Ranking de instituto inglês coloca Brasil em penúltimo lugar na valorização do mestre

Pesquisa divulgada no dia 3 mostra que, entre 21 países, o Brasil fica em penúltimo lugar em relação ao respeito e à valorização dos professores. Para montar o Índice Global de Status de Professores, da Varkey Gems Foundation, da Inglaterra, os estudiosos entrevistaram mil pessoas em cada um dos países. De acordo com o estudo, os professores têm o melhor status na China e o pior em Israel.

Os pesquisadores analisaram se a profissão é muito procurada, qual é o status social dos professores e se os entrevistados acreditam que os alunos respeitam os docentes.

Os países pesquisados foram: Brasil, China, República Tcheca, Egito, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Portugal, Turquia, Cingapura, Coreia do Sul, Espanha, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.

Os entrevistados responderam sobre como o ensino se compara a outras profissões, se consideravam a remuneração dos professores justa, se encorajariam os filhos a se tornarem professores e o quanto achavam que os alunos respeitam os professores.

Eles foram questionados

sobre atitudes em relação a professores de ensino fundamental, professores de ensino médio e diretores, assim como atitudes em relação ao sistema de ensino. Os estudiosos também questionaram sobre a remuneração e as condições de trabalho dos professores. Em 95% dos países, os pesquisados apoiam um salário maior para os professores em relação ao que ganham atualmente.

A pesquisa mostra que, entre os entrevistados, os brasileiros foram os que mais disseram que os professores tiveram influência na vida deles. Os brasileiros apoiam salários mais altos para os professores e 88% acham que eles deveriam ser remunerados de acordo com o desempenho dos alunos.

A desvalorização dos profissionais fica clara quando os entrevistados são perguntados se gostariam que os filhos fossem professores: apenas 20% responderam que sim. Por outro lado, 45% disseram que não encorajariam os filhos a se tornarem docentes. Em geral, os países que mais respeitam os professores são aqueles que mais encorajam os filhos a terem a profissão.



Para CNTE, decisão do Supremo não deixa brechas para estados descumprirem lei

De acordo com levantamento feito em maio pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), apenas quatro estados e o Distrito Federal cumprem integralmente a Lei do Piso. Já o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) alega que os estados já pagam o valor do piso aos professores com formação de nível médio.

No dia 27 de fevereiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que, embora tenha sido editada em 2008, a lei tem validade a partir de abril de 2011, data em que a Corte confirmou a legalidade do texto. Os ministros atenderam recursos de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará e Mato Grosso do Sul, que alegaram dificuldades

para adaptar as finanças. A decisão do Supremo resolve dúvidas sobre a formação de passivo que poderia ser cobrado pelos professores pelos salários inferiores ao piso antes de 2011.

De acordo com o presidente da confederação, Roberto Leão, a decisão do STF não deixa brechas para o descumprimento da lei. Estados e municípios que, desde abril de 2011, não estavam pagando o piso poderão ser acionados na Justiça para o pagamento retroativo até o presente momento. A categoria pretende se mobilizar para o cumprimento da lei com passeatas e, se necessário, greves, como ocorreu até semana passada em manifestações tumultuadas no Rio de Janeiro.



Professores do Rio pedem aumento salarial e plano de cargos

Os estados e a Lei 11.738

A Lei do Piso, promulgada em 2008, ainda não é respeitada por 7 estados. Outros 14 não cumprem integralmente a lei, o que inclui a hora-atividade, que deve representar no mínimo um terço da jornada de trabalho do professor. Apenas Acre, Ceará, Distrito Federal, Pernambuco e Tocantins cumprem a lei na totalidade

UF	NÍVEL MÉDIO		CUMPRIMENTO DA LEI 11.738
	VENCIMENTO (em R\$)	REMUNERAÇÃO (em R\$)	
AC	1.567,00	—	Cumprir na íntegra
AL	1.187,00	—	Não cumpre
AM	—	—	Sem referência de piso e jornada extraclasse para o nível médio
AP	1.172,34	2.344,68	Não cumpre o valor como vencimento
BA	1.451,00	1.879,14	Não cumpre
CE	1.567,00	1.901,10	Cumprir na íntegra
DF	1.820,63	3.337,00	Cumprir na íntegra
ES	510,05	963,13	Cumprir apenas a jornada extraclasse
GO	1.460,00	—	Cumprir apenas a jornada extraclasse
MA	725,50	1.269,63	Não cumpre
MG	1.175,31	1.178,10	Não cumpre a jornada extraclasse e aplica a proporcionalidade ao valor
MS	1.810,00	2.172,06	Cumprir somente o valor
MT	1.569,19	—	Cumprir na íntegra
PA	1.567,00	—	Cumprir somente o valor
PB	1.175,31	1.440,31	Aplica a proporcionalidade ao valor
PE	1.567,00	—	Cumprir na íntegra
PI	1.814,98	—	Cumprir somente o valor
PR	731,46	—	Não cumpre
RJ	—	—	Sem referência de piso e jornada extraclasse
RN	1.175,25	—	Não cumpre a jornada extraclasse e aplica a proporcionalidade ao valor
RO	1.451,00	1.731,00	Não cumpre o valor como vencimento
RR	1.524,65	2.194,27	Cumprir a jornada extraclasse e aplica a proporcionalidade ao valor
RS	488,61	—	Não cumpre
SC	1.567,00	1.955,00	Cumprir somente o valor
SE	1.187,00	1.661,80	Cumprir apenas a jornada extraclasse
SP	1.803,92	—	Cumprir somente o valor
TO	1.619,38	1.819,38	Cumprir na íntegra

Fonte: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

Comemoração remonta a decreto de dom Pedro I

O Dia do Professor em 2013 tem um significado singular, pois se comemoram os 50 anos da celebração oficial, estabelecida pelo Decreto Federal 52.682/1963, assinado pelo então presidente da República, João Goulart, e publicado no Diário Oficial da União em 15 de outubro de 1963. O ato instituiu o feriado escolar nacional, cujo objetivo básico era o seguinte: "Promover solenidades em que se enalteça a função do mestre na sociedade moderna, fazendo delas participar os alunos e as famílias".

A data deve-se a um marco da educação, alusivo a 15 de outubro de 1827, dia consagrado à educadora Santa Tereza D'Ávila, quando dom Pedro I editou o decreto que criou o ensino elementar. O documento, que completa 186 anos em 2013, foi relevante ao ampliar o acesso às escolas, determinando a criação de estabelecimentos de "primeiras letras" em todas as cidades, vilas e lugares do Império.

Um dos itens do decreto referia-se à missão basilar do ensino fundamental, que era "desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo". Atualmente, pode-se constatar que, quase dois séculos depois, não atingimos as metas, conforme se observa na última edição do Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (Pisa), em que o Brasil ficou em 54º lugar entre 65 países.

No exame, que testa os alunos de 15 anos, as notas do país, numa escala de 0 a 6, equivalem ao nível 2 em leitura, 1 em ciências e 1 em matemática. O Brasil está posicionado abaixo da média mundial, atrás de Chile, Colômbia, México e Uruguai, por não cumprir o decreto de dom Pedro I e todas as legislações subsequentes de ensino — incluindo-se a Constituição de 1988, que completou 25 anos, na qual a educação pública de qualidade é definida com direito universal dos brasileiros.

Pesquisa aponta que três em cada quatro alunos estão na rede pública de ensino

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2012 divulgados em setembro pelo IBGE revelam que, no ano passado, de cada quatro estudantes a partir dos 4 anos de idade, três estavam matriculados em escola pública.

Em 2012, 77,5% dos alunos do país frequentavam instituições das redes públicas estadual e municipal, ou pouco mais de 41 milhões. O índice de alunos em colégios particulares foi de 22,5%, cerca de 11,9 milhões.

Em números absolutos, dos 52,9 milhões de

estudantes a partir dos 4 anos, cerca de 41 milhões estão matriculados em escola pública, enquanto 11,9 milhões são alunos de instituições privadas.

A região com o maior percentual de crianças nas redes públicas estadual e municipal é a Norte, com 85,4% dos alunos a partir dos 4 anos. A Região Nordeste vem em seguida, com 79,5%, acompanhada pelas Regiões Sul, com 76,7%, Sudeste, 74,8%, e Centro-Oeste, 73,2%.

O índice de alunos em escola pública é maior no ensino médio, com 87,3%, ou 8 milhões, contra 12,7% em escolas

particulares, algo em torno de 1,1 milhão de pessoas.

No ensino superior, o número inverte: apenas 25,4% dos estudantes encontram-se em universidades públicas, enquanto 74,6% são alunos de instituições particulares. Os números incluem estudantes de mestrado e doutorado.

O trabalho de campo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi realizado entre os dias 23 e 29 de setembro de 2012 e foram pesquisadas 362.451 pessoas e 147.203 residências distribuídas por todos os estados.

Cocal dos Alves vira exemplo de gestão e coleciona títulos em olimpíadas escolares

O excelente desempenho dos estudantes de Cocal dos Alves tem feito o pequeno município localizado no norte do Piauí se destacar. Alunos da cidade, que tem pouco mais de 5 mil habitantes, já foram campeões em olimpíadas nacionais de matemática, química e língua portuguesa.

A frente dessa história de sucesso está o professor Antonio Cardoso do Amaral, que dá aulas onde estudam os alunos campeões: a Escola de Ensino Médio Augustinho Brandão e a Escola Municipal Teotônio Ferreira Brandão. Ele está há dez anos no magistério.

Os bons resultados obtidos logo na primeira edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep), em 2005, fizeram com que alunos e professores passassem a acreditar mais no potencial deles e a sonhar com outros resultados.

Amaral explica que o trabalho para a Olimpíada Estadual de Matemática começou junto com a Obmep. O bom resultado obtido no primeiro ano da competição incentivou a todos e provocou mudanças na preparação dos alunos.

Assim, no ano seguinte, antes mesmo da realização da prova da primeira

fase da olimpíada, já havia encontros nos finais de semana com os alunos mais interessados em competir.

De acordo com a diretora da Escola Augustinho Brandão, Kuerly Vieira de Brito, é possível perceber que os estudantes passaram a acreditar mais em si e participam com mais intensidade das atividades propostas com o objetivo de melhorar o desempenho, seja nas atividades escolares ou nas competições das mais diversas áreas.

— Hoje temos alunos destaque nas olimpíadas de matemática, química, português e biologia — assegura.



Professor em Cocal dos Alves, no norte do Piauí, Antonio Amaral está à frente do vitorioso projeto

Saiba mais

- Censo do Professor, do Ministério da Educação:** <http://bit.ly/CensadoProfessor>
- Anuário Brasileiro da Educação Básica** <http://bit.ly/AnuarioEB2013>
- Professores no Brasil: impasses e desafios** <http://bit.ly/ProfessoresnoBrasil>
- Estudo Exploratório sobre o Professor Brasileiro** <http://bit.ly/EstudoExploratorio>

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em www12.senado.leg.br/jornal/cidadania